

Se depender das lideranças do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB e do PDT estão superadas as teses da Constituinte exclusiva, da eleição de delegados-constituintes e de separação das eleições de governadores das eleições dos parlamentares.

Essa verificação foi feita ontem, no final da tarde, pelas lideranças da Aliança Democrática, antes da reunião dos líderes de todos os partidos e dirigentes da comissão mista do Congresso que estudam a proposta Sarney de convocação da Constituinte, realizada à noite na residência oficial do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães.

E de fato, no início da reunião, o principal ponto de polêmica não era mais nenhum dos resolvidos durante o dia e sim a questão da anistia ampla, geral e irrestrita a militares punidos no período revolucionário, com a reintegração no serviço ativo com todos os direitos.

As consultas e sondagens sobre a Constituinte começaram bem cedo ontem, às 7h da manhã, com uma reunião preliminar na casa de Ulysses entre ele, o líder peemedebista Pimenta da Veiga e o relator da emenda Sarney, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). Às 11h da manhã houve uma segunda reunião, no Palácio do Planalto, do Conselho Político do governo com o presidente José Sarney. E à tarde a avaliação preliminar à reunião na casa de Ulysses.

Original

Na reunião do Conselho Político o presidente Sarney defendeu a aprovação de seu projeto de convocação da Constituinte no original e conseguiu maior apoio dos líderes do PFL do que do PMDB — que ainda insistem na apresentação de um substitutivo que incluía a ampliação dos prazos de desincompatibilização dos candidatos, a formação de uma comissão para legislar enquanto a Constituinte se reúne, a forma de eleição do presidente da Constituinte e a ampliação da anistia.

José Sarney, segundo o líder José Lourenço, do PFL, acha difícil a inclusão de todas essas alterações num projeto substitutivo ao seu, que se limita a convocar a Constituinte — que, por sua vez, se autodisciplinará para funcionar com poderes legislativos e constituintes simultâneos. "A única proposta em torno da qual se pode conversar é a da desincompatibilização", disse Lourenço.

O líder peemedebista Pimenta da Veiga apresentou ao conselho proposta do deputado Flávio Bierrenbach de não incluir em seu substitutivo a questão da anistia aos militares, desde que o governo lhe desse garantia de que poderia tramitar emenda autônoma sobre o assunto. Mas a liderança do governo descartou a hipótese.

Outra sugestão levada por Pimenta foi a de inclusão de dispositivo disciplinando a eleição do presidente da Constituinte, para evi-

Está decidido: não haverá Constituinte exclusiva.

Foram quatro reuniões ontem, para decidir que ela não será separada do Congresso e que não haverá delegados extras.

tar em 87 a escolha de presidentes para a Câmara e o Senado. E o virtual candidato para dirigir a Constituinte, na escolha de Pimenta, é o deputado Ulysses Guimarães.

Colhidos meio de surpresa, os líderes do PFL que integram o Conselho Político reagiram, pedindo tempo para pensar. O senador Carlos Chiarelli e José Lourenço deverão fazer consultas à direção do PFL, já que para 87 o partido teria pelo menos dois candidatos em potencial à presidência da Constituinte — o atual ministro Aureliano Chaves, que poderá disputar o Senado por Minas, e o ministro Marco Maciel, senador licenciado com mandato até 1990.

Conciliação

Pimenta da Veiga informou ainda ao Conselho Político que a decisão da bancada do PMDB é a de votar o projeto Sarney dentro de um substitutivo que "englobe pontos ou emendas que estão conseguindo aceitação razoável dentro do Poder Legislativo".

E reforçou essa idéia com o caso da subemenda da desincompatibilização, acenando com o estabelecimento de dois prazos: de seis meses, para ocupantes de cargos do Executivo que tenham mandatos legislativos; de oito meses para os demais casos.

Na reunião foram discutidos ainda os problemas dos economiários, que querem tratamento igual aos bancários nos reajustes de salários, neste mês, e o do pacto político.

— O presidente está otimista com os entendimentos e conversas que vêm sendo mantidos, e a questão trabalhista é fundamental para a consecução de um pacto social — ressaltou o líder peemedebista.

Outros dois assuntos tratados na reunião: a reforma agrária, que está na reta final para ser aprovada, e a reforma tributária, que só deverá ter definição na semana que vem. Segundo relato do líder do PFL, José Lourenço, que procurou livrar-se de qualquer responsabilidade nessa questão, Sarney reiterou que não tem "qualquer compromisso com o acordo feito entre o PMDB e a Frente Municipalista".

Anistia

Logo pela manhã, Pimenta da Veiga confidenciou a Ulysses Guimarães que a grande maioria da bancada não teria condições de di-

zer "não" a uma proposta de anistia. E diante da insistência do relator Bierrenbach em torno do assunto, a tendência será a de procurar uma fórmula conciliatória, aceita pela maioria do Congresso e pelo governo. Ulysses Guimarães, os líderes do PMDB e o próprio Bierrenbach estão mantendo contato com os ministros militares.

Duas opções já foram apresentadas: uma, de reintegrar os militares afastados no serviço ativo, na patente em que estão seus contemporâneos, com vencimentos atualizados, mas sem pagamento dos atrasados. Outra, de "devolver a patente sem devolver a farda", que é exatamente a hipótese contrária: atualização dos vencimentos e da patente, sem reintegração no serviço ativo.

Essa última fórmula teria o apoio do PDT, PTB e do PT. O vice-líder pedetista Floriceno Paixão disse que não faz sentido rejeitar a anistia e não vê como instalar uma Constituinte sem que o processo de anistia seja total.

A partir de hoje, em Brasília, os representantes das diversas entidades que congregam os cassados não-reabilitados vão-se empenhar no "corpo-a-corpo" com os parlamentares para que seja obtido destaque para a votação da emenda que lhes diz respeito. Dentro de uma semana, a comissão mista deverá apreciar o parecer de Flávio Bierrenbach e nos dias 22, 23 e 24 a emenda Sarney deverá ser votada no Congresso.

Exclusividade

O fato da Constituinte "exclusiva" ter sido descartada na reunião dos líderes não desanimou Flávio Bierrenbach, que apoiado por setores minoritários das bancadas e inspirado pela OAB "e outras entidades da sociedade civil" pretende insistir na tese.

O deputado José Genoíno (PT-SP) chegou a fazer uma advertência ao governo: ou aceitam nossas emendas ou a convocação da Constituinte será rejeitada. "O Congresso não pode colocar-se contra as entidades democráticas, os juristas e a opinião pública."

A defesa da emenda Sarney foi feita pelo deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), para quem ela está saldando um compromisso, enquanto a OAB está manifestando um "vezo do bacharelismo" e tomando uma posição "isolacionista".

Segurança

Adiantando-se já ao que a Constituinte deve decidir, o general Euclides Figueiredo Filho, comandante da ESG, defendeu ontem em palestra na OAB-DF a manutenção do atual papel constitucional das Forças Armadas, que inclui a segurança interna do País. "Não será eliminando-se esse dispositivo que se retirará das Forças Armadas a possibilidade de realizarem um golpe contra o governo. Ao contrário, retira do governo a possibilidade de valer-se, em tempo hábil, das Forças Armadas para defender o regime democrático."